

# Desglobalização?

Octavio Amorim Neto

Professor Associado  
EBAPE/FGV - Rio

A globalização significa três coisas: aumento do fluxo financeiro internacional, ampliação do comércio internacional e expansão do universo de países democráticos. O terceiro aspecto é uma visão da globalização esposada sobretudo por americanos e europeus – o chamado ocidente. Na visão dos chineses, a globalização é, essencialmente, a expansão ou ampliação dos fluxos financeiros e comerciais.

O mundo já assistiu a algumas vagas de globalização. A primeira foi capitaneada por ninguém menos que os navegadores portugueses. O final do século XIX também assistiu a um vigoroso processo de globalização, no rastro de revoluções nos transportes e nas comunicações que facilitaram enormemente trocas comerciais e financeiras mundo afora. Como bem se sabe, a globalização do final do século XIX terminou tragicamente em 1914 com a eclosão da 1ª Guerra Mundial. E o que se viu a partir de 1914? De 1914 a 1945, o fim da 2ª Guerra Mundial, o mundo teve como características fundamentais a emergência do protecionismo econômico, do nacionalismo, do fascismo, do comunismo e, claro, a Grande Depressão da década de 1930. Esses são os aspectos negativos. Nesse mesmo período, também se assistiu ao embrião de formação do Estado de Bem-Estar na Europa Ocidental e Estados Unidos e uma nova forma de gerir o capitalismo, por meio de políticas anti-cíclicas inspiradas na obra de John Maynard Keynes.

A partir de 1945, com a derrota militar dos regimes nazi-fascistas na Europa e do imperialismo japonês no extremo oriente, inicia-se, no



ocidente, a *Pax Americana*, vertebrada, do ponto de vista econômico, com a criação do Fundo Monetário Internacional, do acordo do GATT (que, mais tarde, se tornaria a Organização Mundial do Comércio) e do Banco Mundial e, do ponto de vista político, com a fundação da ONU. Finalmente, no que diz respeito aos fundamentos militares da *Pax Americana*, Washington estabelece uma série de organizações e alianças militares, tais como a OTAN, na Europa, o Pacto do Rio de 1948 (criação da OEA) nas Américas, na Ásia, por meio das alianças com o Japão, Coreia do Sul e Austrália.

Obviamente, não se pode esquecer o lado comunista do mundo que emerge dos escombros da 2ª Guerra Mundial. A União Soviética firma-se como uma superpotência parêla aos Estados Unidos, impondo sua ordem à Europa Oriental por meio do estabelecimento de regimes soviéticos e, do ponto de vista militar, do Pacto de Varsóvia. Com a Revolução Chinesa, a União Soviética ganharia mais um importante aliado, ainda que com ele tenha sempre mantido relações muito tensas. E, no choque desses dois blocos, travou-se a Guerra Fria, que terminaria em 1989, com a queda do muro de Berlim e, logo depois, com a dissolução da União Soviética.

Existe hoje um consenso segundo o qual uma nova onda de globalização começa no final da década de 1980, não apenas com a derrota político-militar do regime soviético, mas, também, com os primeiros frutos das reformas econômicas implementadas na China, a partir da década de 1970, por Deng Xiaoping, com as políticas de liberalização econômica da dupla Reagan-Thatcher, e com as inúmeras transições democráticas que varreram inicialmente o sul da Europa na década de 1970, a América Latina na década de 1980 e a Europa Oriental, a África e a Ásia na década de 1990. Além disso, a esses fatores deve-se adicionar também a criação da União Europeia em 1993 e sua subsequente expansão, e o estabelecimento do euro como moeda oficial de vários países da Europa continental em 2002.

É importante detalhar alguns aspectos. Com a vitória dos Estados Unidos na 1ª Guerra do Iraque em 1991, consolida-se o chamado momento unipolar, a partir do qual Washington emerge como uma hiperpotência sem par. A ordem unipolar que os Estados Unidos passaram a vertebrar com considerável sucesso (até recentemente) tinha como pilares os elementos já presentes no pós-2ª Guerra Mundial. Tratava-se de criar uma ordem mundial baseada mais em regras do que no uso explícito do poder, regras essas cuja observância é monitorada, do ponto de vista econômico, pelo trio FMI-OMC-Banco Mundial e, do ponto de vista político-militar, pela OTAN e pelas alianças militares na Ásia com Japão, Coreia do Sul, Austrália e, mais recentemente, com a adição informal da Índia, Vietnã, Indonésia e Filipinas.

Até aqui, discutiu-se a arquitetura política-econômica-militar da globalização pós-1989. Do ponto de vista de indicadores objetivos de globalização, de fato, entre esse ano e 2008, houve um crescimento impressionante nos números do comércio internacional, dos fluxos financeiros e do número de Estados com regimes democráticos, como se pode ver nos dados exibidos a seguir.

## Número de democracias no mundo segundo a FreedomHouse

Ano	Total de Países	Países Livres (n)	Países Parcialmente Livres (n)	Países Não Livres (n)
1989	167	61	44	62
2008	193	89	62	42
2016	195	87	59	49

Fonte: FreedomHouse. *Populists and Autocrats: The Dual Threat to Global Democracy*. Rowman & Littlefield, 2017.

## Números do comércio internacional: total de exportações do mundo

1989 - 3.055 trilhões de dólares  
 2008 - 16.160 trilhões de dólares  
 2015 - 16.482 trilhões de dólares

Fonte: The World Bank. World Development Indicators 2017.  
 Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.CD.WD>.

## Fluxos financeiros internacionais: investimento direto estrangeiro (entradas líquidas)

1989 - 189.101 bilhões de dólares  
 2008 - 2.444 trilhões de dólares  
 2015 - 2.165 trilhões de dólares

Fonte: The World Bank. World Development Indicators 2017.  
 Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD>.

Todavia, partir da eclosão da crise financeira iniciada nos Estados Unidos em 2008, a qual chegaria, três anos depois, ao sul da Europa e, mais recentemente aos países emergentes, todos os três indicadores deixaram, pioraram ou deixaram de ter a expansão exuberante verificada entre 1989 e 2008. O comércio internacional estancou. As finanças refluíram e se renacionalizaram. Já os regimes democráticos, além de terem visto seus números cair um pouco (em 2008, 46,1% dos países eram livres; em 2016, esse número desceu para 44,6%) passaram também a conviver com um número maior de regimes não livres e cada vez mais afirmativos e confiantes (em 2008, 21,8% dos países eram não livres; em 2016, esse número subiu para 25,1%).

Como se não bastassem as tendências mencionadas no parágrafo anterior, em 2016, a proposta de saída da União Europeia venceu um plebiscito na Grã-Bretanha e Donald Trump, empunhando bandeiras nacionalistas e nativistas, foi o ganhador da eleição presidencial nos Estados Unidos. O chamado *Brexit* e a eleição de Trump são fatos absolutamente chocantes para aqueles que sempre acreditaram na marcha irrevogável da globalização. Isso porque os dois eventos significam que os dois países que lideraram o processo de globalização pós-1989 decidiram, de uma hora para outra, dinamitar alguns dos pilares desta.

Estamos, então, vivendo a desglobalização? A expressão “desglobalização” soa muito forte no momento atual. Não que não possa acontecer, afinal, a desglobalização ocorreu entre 1914 e 1945, como visto acima. Apesar de todos os eventos negativos para a globalização ocorridos entre 2008 e 2016, o que está claro, hoje em dia, é que a globalização não se encerrou, mas, isto sim, estagnou-se.

A avaliação sobre o estado da globalização não pode ser completamente negativa porque, afinal de contas, um dos seus grandes motores, a China, continua comprometida com a expansão do livre comércio, como deixou muito bem claro seu presidente, Xi Jinping, no último encontro em Davos. Além disso, alguns analistas esperam que, ao longo de 2017, algumas eleições europeias, principalmente o pleito presidencial francês, tragam boas notícias. Por exemplo, se a disputa pelo Palácio dos Elísios for vencida por François Fillon ou Emmanuel Macron, dois candidatos cujas plataformas econômicas têm orientação liberal, e se Angela Merkel for reconduzida à chefia da chancelaria alemã, a globalização sairá, por assim dizer, estabilizada, porque os dois países líderes da Europa continental terão chefes de Executivo comprometidos com a manutenção da União Europeia e sua moeda, dois sustentáculos da globalização.

## Razões da estagnação da globalização

As razões subjacentes à estagnação da globalização são múltiplas. Em primeiro lugar, há que se destacar a crise financeira global iniciada em 2008. Ela levou ao que os economistas hoje chamam de “a grande recessão”. Com essa expressão, procura-se diferenciar os problemas econômicos do mundo atual daqueles vividos na década de 1930, quando o capitalismo mundial experimentou uma profunda depressão. Ainda que, hoje, os Estados Unidos e a Europa já tenham se recuperado da crise, esta deixou marcas profundas nas economias e nos eleitorados nacionais. A grande recessão acabou intensificando os piores efeitos da globalização nos países desenvolvidos.

Que efeitos são aqueles? O aumento da desigualdade econômica e a deterioração da renda e das perspectivas da velha classe operária do primeiro mundo, a qual viu seus empregos na indústria ou fugirem para a China ou serem destruídos pela digitalização e robotização das economias. Por conta disso, vários autores afirmam que a grande clivagem que hoje vigora na Europa e nos Estados Unidos não é mais a tradicional esquerda *versus* direita, mas, isto sim, vencedores *versus* perdedores da globalização.

Os perdedores da globalização no mundo desenvolvido também se viram abandonados politicamente, sobretudo pelos partidos de esquerda, os quais, historicamente, foram sempre seus principais representantes parlamentares. A esquerda, nas últimas décadas, abraçou causas intimamente ligadas a questões identitárias, como, por exemplo, direitos das mulheres, dos homossexuais, dos imigrantes e das minorias étnicas, deixando de lado sua velha agenda de lutas pela classe trabalhadora. A direita, por sua vez, abraçou excessivamente a ideologia de mercado e o projeto da globalização. Nas palavras do sociólogo português José Pedro Zúquete em recente entrevista ao

jornal *Expresso*: “Num contexto em que a chamada Direita se afastou da ‘nação’ ([em favor] dos mercados) e a Esquerda se afastou do ‘povo’ (cada vez mais o seu novo proletariado são os imigrantes, e as suas causas são cada vez mais as causas ‘fraturantes’ e dos direitos individuais) é de estranhar que as classes populares não se sintam representadas e abandonem, também elas, os seus antigos defensores” (ver -<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-02-04-O-que-a-historia-dos-jornais-portugueses-nos-ensina-sobre-politicos-que-assustaram-o-mundo-1>). Aí está uma explicação concisa e precisa para os surpreendentes resultados eleitorais registrados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 2016. Tais resultados expressam o despertar de forças profundas que estavam dormentes no mundo anglo-americano. Fatores contingentes e conjunturais também tiveram seu papel, como, por exemplo, a má qualidade das campanhas empreendidas tanto pelos defensores da permanência da Grã-Bretanha na União Europeia quanto por Hillary Clinton e pelo Partido Democrata nos Estados Unidos. A decisão do ex-primeiro-ministro David Cameron de convocar o plebiscito sobre o *Brexit* não era obrigatória, tanto do ponto de vista constitucional quanto do político. A vitória de Donald Trump nas primárias do Partido Republicano foi também algo absolutamente surpreendente, fruto, em última instância, da pusilanimidade das lideranças nacionais desse partido. Ou seja, fatores estruturais e contingentes se mesclaram para produzir os dois eventos que lançaram um véu negro sobre a globalização.

Por último, cumpre registrar que, se houver uma guerra comercial entre a China e os EUA por conta de decisões do governo Trump, o fim da globalização será iminente. E caso Marine Le Pen ganhe a eleição presidencial francesa e, depois, leve seu país a abandonar a União Europeia, esta estará arruinada, renunciando também o fim da globalização.

## O Brasil e a estagnação da globalização

Como visto anteriormente, a estagnação da globalização tem implicado menores taxas de crescimento do comércio mundial, renacionalização dos fluxos financeiros, crescente assertividade dos regimes autoritários e o fortalecimento do nacionalismo, do nativismo e do populismo em várias regiões do mundo. Assim, têm-se Donald Trump nos Estados Unidos, *Brexit* no Reino Unido, Vladimir Putin na Rússia, Recep Edorgan na Turquia, Viktor Orbán na Hungria, Marine Le Pen na França, Beppe Grillo na Itália e assim por diante. Todos esses líderes convergem na defesa de protecionismo comercial, da suposta identidade primordial de seus povos e de posturas duras com relação aos imigrantes.

E o Brasil com isso? Em primeiro lugar, há que se reconhecer que o Brasil, em alguma medida, se beneficiou do auge da globalização porque a expansão do comércio e dos fluxos financeiros gerou oportunidades muito boas para nossos exportadores e um aumento dos investimentos externos no país. Sendo a China uma das principais locomotivas da globalização e tendo este país ampliado radicalmente suas importações do Brasil desde 2000, encontra-se aí mais um benefício auferido por nós. Porém, mesmo tendo o Brasil reduzido suas barreiras tarifárias desde 1990, o país continua sendo a mais fechada economia do chamado G20. Por mais que se diga que o Brasil adotou políticas neoliberais desde a última década do século passado, jamais fomos um modelo de economia aberta. O capitalismo brasileiro continua sendo dirigista e protecionista. Independentemente dos méritos e mazelas do modelo econômico brasileiro, cumpre reconhecer que, se o mundo entrar numa fase de protecionismo comercial, o Brasil não deverá ser muito afetado, por ser protecionista desde sempre.

Para analisar os efeitos do momento global atual sobre o Brasil, cabe também registrar o



declínio imperial norte-americano. Gostemos ou não, o Brasil se beneficiou da *Pax Americana* porque esta implicou, para nós, um menor gasto militar e, conseqüentemente, maior disponibilidade de recursos a serem investidos no desenvolvimento econômico e social doméstico. Ou seja, do ponto de vista da segurança internacional, o Brasil sempre pegou carona nos Estados Unidos, ainda que isso tenha reduzido consideravelmente nossa autonomia estratégica.

A ordem global vertebrada por Washington, baseada mais em regras do que no uso explícito do poder, também nos foi favorável porque a política externa brasileira se caracterizou, desde o fim da 2ª Segunda Guerra Mundial, pelo multilateralismo, legalismo, pacifismo e soberanismo. Conquanto o Brasil e os Estados Unidos tenham interesses divergentes e objetivos estratégicos muito distintos, sempre existiu alguma afinidade entre os principais móveis da nossa diplomacia e os grandes eixos da hegemonia mundial e regional estadunidense. Caso o Presidente Donald Trump tente, e logre, deslocar esses eixos, o Brasil terá que se adaptar.

A adaptação poderá ser custosa e não necessariamente bem-sucedida. Então, está claro que, se o atual momento de estagnação da globalização derivar para a desglobalização, há grandes riscos para um país com um perfil internacional como o do Brasil. Esses riscos implicarão também que Brasília deverá se envolver mais em questões de segurança internacional – coisa à qual tem sido muito relutante – para defender seus interesses nacionais e internacionais.

O momento atual de estagnação da globalização, cuja epítome é a hostilidade do governo Trump ao México e ao NAFTA, também abre oportunidades ao Brasil. Isso porque o estilo e as políticas do novo inquilino da Casa Branca muito provavelmente fortalecerão o nacionalismo na América Latina, o que, por sua vez, poderá favorecer a cooperação entre o Brasil e alguns importantes países latino-americanos que têm sido distantes de nós. São os casos da Colômbia e do México, nações que, até o momento, mantêm uma íntima relação com Washington.

Em suma, como toda grande mudança no sistema internacional, o referido momento oferece riscos e oportunidades ao Brasil.

**Octavio Amorim Neto**, doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia (campus de San Diego), é professor associado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Seus trabalhos foram publicados em diversas revistas científicas internacionais. É autor de *De Dutra a Lula: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 2011) e de *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas* (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006); e co-organizador de *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa* (Lisboa: ICS, 2009) e de *Brasil y México: Encuentros y Desencuentros* (México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2005). Já foi agraciado com prêmios da Associação Brasileira de Ciência Política e da Associação Americana de Ciência Política. Suas linhas de investigação caracterizam-se pelo estudo de instituições políticas comparadas, política doméstica e política externa brasileira e latino-americana, e relações civis-militares e política de defesa.